

MITO E LUGAR - Parte II

JOSUÉ COSTA *

RESUMO: Utilizaremos, no desenvolvimento desse trabalho, o vocábulo "Mata" que equivale à compreensão e uso que o ribeirinho faz do termo. Para ele, a mata é uma definição de familiaridade, proximidade e intimidade que marca suas relações com o meio em que vive. É também para o ribeirinho um espaço já identificado, mapeado. Na mata já se sabe quais são os tipos de árvores que se desenvolvem, já se sabe quantas castanheiras existem, onde estão as copibeiras, onde estão os caminhos de anta, paca etc. Mata é um termo que reconhece a floresta com seus segredos, seus mistérios.

PALAVRAS – CHAVE: Compreensão, Vocábulo, Desenvolvimento, Mata.

ABSTRACT: We will use in the development of this work, the word "Kills" which equates to the understanding and use of the term makes Riverside. For him, the forest is a definition of familiarity, closeness and intimacy that marks its relations with the environment in which you live. It is also for the Riverside area already identified, mapped. In the Woods we know what types of trees that grow, we know how many chestnut trees exist, where are the , where are the paths of anta, etc. Mata is a term that recognizes the forest with their secrets, their mysteries.

KEYWORDS: Comprehension, Word, Development, Kills.

Caracterizada pela forma rotineira de ocupação da Amazônia até meados deste século, os moradores do Cuniã reafirmam suas raízes indígenas para comprovar a legitimidade de sua permanência no local. Seus códigos étnicos, morais e culturais que constituem a formação de "seu lugar". É o "lugar" que estes moradores lutam para manter.

Utilizaremos, no desenvolvimento desse trabalho, o vocábulo "Mata" que equivale à compreensão e uso que o ribeirinho faz do termo. Para ele, a mata é uma

definição de familiaridade, proximidade e intimidade que marca suas relações com o meio em que vive. É também para o ribeirinho um espaço já identificado, mapeado. Na mata já se sabe quais são os tipos de árvores que se desenvolvem, já se sabe quantas castanheiras existem, onde estão as copaibeiras, onde estão os caminhos de anta, paca etc. Mata é um termo que reconhece a floresta com seus segredos, seus mistérios.

A mata necessita ser "amansada", ou seja, conhecida, codificada e desmistificada, caso contrário, a mata, mata. Quando o homem encontra pela primeira vez a mata, ele, o homem, precisa ser "amansado". Ele é um "brabo", não possui experiências, não tem paciência, não sabe nada sobre os segredos de andar na mata e geralmente se desespera. É necessário um rigoroso aprendizado. Não é somente a sua locomoção que irá se definir, mas também a sua capacidade de prover a alimentação. Quando o homem já tinha experiência do viver na mata e chegava em uma localidade desconhecida, era a mata que necessitava ser amansada, mostrar seus mistérios, seus perigos.

Em Cuniã, situava-se o seringal Cuniãzinho que esteve em atividade até meados da década de sessenta. Para compreender o modo de vida que seus moradores levam hoje, faz-se necessário falar da época dos seringais. Assim, é possível se compreender como se efetivou a ocupação dessa porção ocidental da Amazônia, em função da borracha. Nenhum espaço é auto-explicável, a necessidade de se reportar à época da ocupação, a importância da economia da borracha, tudo isso deixou marcas no modo de vida dos moradores e está incorporado na construção espacial.

Os seringais:

A economia da Amazônia entrou em decadência desde fins do século XVIII. Isto porque o engenhoso sistema de exploração da mão-de-obra indígena estruturado pelos jesuítas mostrou-se ineficiente. Como resultado, Furtado evidencia que:

"Em pequena zona do Pará se desenvolveu uma agricultura de exploração que seguiu de perto a evolução da maranhense, com a qual estivera integrada comercialmente através dos negócios da companhia de comércio criada na época de Pombal... A base da economia da bacia amazônica eram sempre as mesmas especiarias extraídas da floresta que havia tornado possível a penetração jesuítica na extensa região. Desses produtos extrativos o cacau continuava a ser o mais importante. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava sempre com a mesma dificuldade: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local..." (FURTADO, 1963:161)

Até o último quartel do séc. XIX, a situação econômica descrita não sofreu grandes modificações, no entanto, o mercado internacional necessitando de borracha para fabricação de pneus vai provocar mudanças significativas na produção do espaço da Região Amazônica.

Desse modo, objetivando suprir a falta de mão-de-obra, a Amazônia conheceu no último quartel do século XIX e início do século XX um grande movimento de população procedente da Região Nordeste. Sendo a borracha, na época, eminentemente um produto extrativo e, estando o estoque de árvores então existentes concentrados na bacia amazônica, o problema de como aumentar sua produção para atender a uma procura mundial crescente se afigurava extremamente difícil.

Os dados disponíveis com respeito ao fluxo migratório para a região Amazônica, durante essa etapa, são precários e se referem quase exclusivamente aos embarques em alguns portos nordestinos.

A situação do nordestino que chegava à Amazônia era uma situação de eterno endividamento, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se, dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, era controlado pelo mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão nos "tapiris" (pequeno casebre coberto de palha com o assoalho suspenso do chão e feito de pachiuba que é uma palmeira comum na Amazônia que era aberta em quatro partes e batida formando uma tábua, a tapera (tapiri) tinha apenas uma divisão revestida de palha. O seringueiro, ao chegar, construía a cozinha e a casa de defumação do látex.) rudimentares onde habitavam, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Ademais, os perigos da mata e a dura jornada de trabalho encurtava sua vida, principalmente em relação aos primeiros migrantes nordestinos.

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzida pela propaganda fantasiosa dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados "a completar seu orçamento com recursos locais como por exemplos a caça e a pesca." (FURTADO, 1963:168)

Vale salientar que a ocupação da região pelos imigrantes nordestinos vai ocorrer numa área altamente povoada por grupos indígenas e caboclos.

A ocupação do Cuniã está relacionada com a história da borracha, datando do final do século passado, com os nordestinos e amazonenses penetrando na floresta em busca de trabalho nos seringais. As famílias de seringueiros foram levadas para a área pelos donos de seringais. Na área, encontraram um povo

indígena denominado "moura". (Na região do baixo Madeira, viviam dois grupos indígenas: os Parintins e os Mura, a quem a população irá chamar "Moura") e, ao que tudo indica, o contato foi conflituoso, resultando na morte ou fuga dos índios. Assim, chegam ao final do séc.XIX os primeiros seringueiros que, patrocinadas pelos seringalistas, entram em conflito com os índios Mura que serão eliminados não só do vale do Rio Madeira, mas também dos Rios Negro e Solimões.

Até meados do século XIX a população que habitava na área de Cuniã pertencia à tribo da grande nação "Mura" (Nação indígena que habitava a área de Cuniã nos séculos XVIII e XIX, cf. Nimuendajú, C. (1925) in: Textos Indigenistas. SP. Loyola, 1982. e Moreira Neto, C.A Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria. Petrópolis, RJ. Vozes, 1988) estimada em cerca de 60.000 índios por volta de 1826, eles serviram-se do Rio Madeira, procurando suas margens baixas e lagos adjacentes para fixarem suas habitações.

Os grupos indígenas existentes na Amazônia pagaram um preço terrível ao rápido processo da indústria extrativa da borracha e outros produtos da floresta. Desses, nenhum outro grupo pagou um preço tão alto quanto os Mura que sofreram um processo contínuo de expulsão e extinção:

O decréscimo numérico da população Mura pode ser estimado pelo confronto das avaliações do século XVIII e inícios do século XIX (Martius e outros), com os números apresentados pelo governador Albuquerque de Lacerda, em 1864, quando não excederiam 3.000 indivíduos, e pela contagem de Nimuendajú, em 1926, que relacionou 1.390 Mura em 26 aldeias do Madeira, do Autazes e do Urubu, com a admissão de um total máximo de 1.600 índios (Moreira Neto, ibidem: 113)

Apesar de sua extinção enquanto nação indígena, os Mura ainda fazem parte do Cuniã, através das histórias que contam os moradores; de suas representações simbólicas e míticas, de suas vidas cotidianas e no trato como meio ambiente. Assim,

... o número de índios era pequeno, foi limitando, foi acabando, mas houve cruzamento de Mura com civilizado, quer dizer: esse Mura, foi se acabando sem ninguém perceber. De repente só existia civilizado no Cuniã. Eu mesmo tenho parente casado com Mura, só que hoje os filhos não são mais índios, mas é evidente que foi, porque a mãe era índia... (ex-seringalista, 1990)

Embora o processo de extinção dessa nação fosse contínuo, os Muras preservaram-se através da memória coletiva, enquanto referência temporal que os indivíduos utilizam para marcar sua legalidade na posse e permanência no

lugar, quando ameaçados de expulsão.

Em alguns documentos colhidos por Moreira Neto, os Mura são descritos como indivíduos de cor mais aproximada ao cobre, cabelos corridos e pretos, estatura entre mediana e alta, de formas bem proporcionadas e desenvolvidas. As mulheres, de grande elegância e beleza. Pintavam mais o corpo do que o rosto e em alguns agrupamentos Mura havia o costume de furar as orelhas e nariz para colocar adornos de penas de aves (Moreira Neto, 1988:258).

Os traços físicos e culturais dos moradores são muito fortes em relação aos Mura. Os moradores que vivem nessa área, em sua maioria, são resultados da miscigenação dos migrantes nordestinos com os Mura. Este choque de raças resultou num conhecimento que reflete a sua forma de pensar e agir nesse ambiente.

Mesmo sendo uma área formada por antigos seringais, os moradores não exercem mais o extrativismo da borracha, pois essa atividade "não paga a pena" economicamente. O declínio da borracha leva muitas famílias a deixar o Cuniã. Os que permanecem, fixam residência definitiva e paulatinamente têm que modificar seu modo de vida, passando para a atividade de pesca, coleta de produtos da mata e agricultura em pequena escala, voltada basicamente à subsistência. A mudança de atividade não causou grandes transtornos à população, porque a decisão era a de ficar no local.

Se para os seringueiros essa mudança de atividade não foi dolorosa, para os seringalistas vai ocorrer o contrário. Influenciado por vários fatores, o impulso econômico que obteve a borracha amazônica por volta da segunda guerra mundial, vai perdendo sua força e com isso, leva consigo o poder dos "coronéis de barranco" (Denominação dada aos seringalistas, os donos de seringais, referência aos mandonismos que exerciam pela absoluta ausência de garantia dos direitos individuais. Os seringalistas assumiam o papel de juízes, delegados e executores, suas determinações eram inquestionáveis, exerciam sobre as pessoas que viviam em seus domínios o poder da vida e morte. Como a maiorias das sedes dos seringalistas estava próxima de um rio que auxiliasse o escoamento dos produtos, em alguns períodos do ano, com nível do rio baixo, apareciam os barrancos, "o barranco do coronel".) A nível local, alguns fatores irão pôr em xeque as atividades extrativas do látex. Na década de 60 há um grande desenvolvimento das atividades garimpeiras de cassiterita, com a descoberta de ricos veios em áreas

de seringais. O seringalista não teve poder para barrar o avanço dos garimpeiros e nem impedir que seus seringueiros (os seus fregueses) mudassem de atividade. Por outro lado, a própria ação governamental passou a dar outro tratamento aos seringalistas, incentivando a expansão dos fazendeiros e provocando a desapropriação dos seringais. A sustentação econômica dos seringalistas também começou a ruir, o Banco da Borracha passou a patrocinar o fim do monopólio dos "coronéis de barranco", desmontando o modelo de negociação da borracha onde o seringalista recebia o financiamento do banco e tinha como garantia o produto do "fábrico"(Período que corresponde a produção do látex em uma safra. O seringalista estipulava uma quota mínima que seus seringueiros deveriam apresentar no fabrico. A partir dessa perspectiva de produção, dirigia-se ao Banco da Borracha para negociar os empréstimos). Era necessário possuir seringal para usufruir de tal benefício. O Governo Federal vai conseguir desarticular os seringalistas, financiando os especuladores, os chamados "clandestinos" (comprador de borracha que não possuía seringal, especulador) que darão um retorno ao banco mais rápido e pagando um juro maior. Começa a ruir a base do poder dos seringalistas que eram os coronéis de barrancos, os mandões e os senhores absolutos da Lei e da vida ou morte dos seringueiros. É o início de uma nova ordem econômica para a Amazônia:

...o que põe fim nos seringais é o seguinte, isso é fácil de explicar: na época, nós trabalhávamos com o Banco da Borracha, o Banco da Lavoura. E o que é que o Banco fez? Passou a financiar os especuladores, financiou esse povo para comprar borracha. Na época nós tocávamos nossos seringais, havia respeito muito grande, eu só comprava borracha do meu freguês, o meu vizinho não comprava borracha do meu freguês nem eu comprava do dele. Havia um respeito muito grande nesta área, todo mundo vivia. Os clandestinos não podiam entrar para comprar borracha de alguém lá, se entrasse a borracha ia ser tomada. Quando o Banco financiou os clandestinos, ele acabou com esse respeito, porque o clandestino pegava o dinheiro do banco e dentro de um mês restituía ao banco e nós pagávamos por ano, a gente recebia o dinheiro em março e só em março do próximo ano é que nós entregávamos a borracha no banco, quer dizer, era sólido, era seguro. Nós mantínhamos nossos seringueiros lá, inverno a verão, dez, quinze, vinte anos e não precisava eles saírem... (ex-seringalista do Cuniã, proprietário do seringal Cuniãzinho, 1990)

A presença dos seringalistas fornecia aos seringueiros, em suas "colocações" (Local em que era construída a casa para o seringueiro morar e tinha as estradas de seringa para ele trabalhar. A principal obrigação do seringueiro era na coleta do látex, entretanto, alguns utilizavam seu dia de folga para fazer pequenos plantios de mandioca, banana ou fruteiras. Este plantio, embora não tivesse segurança dos resultados, pois poderia mudar de colocação à qualquer momento, ajudava-o a

livrar-se de consumir alguns produtos do barracão), a manutenção básica como alimentação, vestuário, munição e, em alguns casos, o apoio para deslocamentos para tratamento de saúde. Com sua saída, novas formas de sobrevivência foram desenvolvidas e Cuniã oferecia outras opções:

...então esse pessoal, esses pioneiros, eles não exploravam a floresta, não desmatavam não plantavam, eles viviam era do peixe mesmo, para eles estava tudo bem... (Idem).

Os seringueiros tiveram que se adaptar ao novo universo que era o "viver na mata", descobrindo paulatinamente todos os seus segredos: a forma correta de extrair o látex, o conhecimento das frutas comestíveis e o próprio sobreviver na mata.

Foi toda uma fase de aprendizado em relação ao meio ambiente. Esse aprendizado se dá desde os primeiros contatos com a mata. Ainda está na memória dos antigos seringueiros a velha machadinha que era utilizada para golpear nos troncos das seringueiras a fim de coletar o látex. Só que este processo causava danos irreparáveis às árvores, que lesionadas em seu caule, diminuía a produção e até extinguíam-se. Foi necessário aprender como fazer o corte correto. Vale salientar que quanto a esse aprendizado, estou me referindo principalmente aos nordestinos que passam a vivenciar uma paisagem que se apresenta com uma vegetação estranha em relação à paisagem nordestina. A informação que o nordestino recebia apenas constava das facilidades de extrair a borracha, ganharem dinheiro e a voltar triunfalmente para seu local de origem. Alguns passaram por uma fase de adaptação ao trabalho de coleta e manejo de seus instrumentos. Mas a maioria foi chegando e sendo encaminhada para suas colocações, assumindo parte quota de produção.

Alguns seringueiros adotavam uma prática de "amansamento" e deixavam com o seringueiro nordestino um seringueiro "manso", ou seja, um conhecedor do corte, da defumação, do andar na mata. Geralmente, era um amazonense. Mesmo assim, muitos nordestinos viveram um bom tempo assombrados, habitando uma mata onde não se via o sol, fugindo de barulhos que não conheciam. Outros morreram com a queda de árvores, na coleta da castanha, devorados por onças ou picados por cobras venenosas. A vida de um seringueiro "brabo" era ameaçada por inúmeros perigos que não perturbavam os mansos. A transição do "brabo" para o "manso" demorava em média um ano. Após essa fase, o seringueiro já sabia

proteger-se na mata e prover seu alimento, com a caça. Em Cuniã, a presença de nordestinos é marcante e eles vão passar pelas mesmas adaptações que seus conterrâneos de outros seringais.

Particularmente em Cuniã esse aprendizado irá estender-se ao longo de quase cem anos. É um período em que as atividades extrativas da borracha atingem seu apogeu e extinguem-se, fazendo com que muitos saíssem do local. Os que ficam, procuram outros meios de sobrevivência econômica, dedicando-se à pesca, agricultura ou coleta de alguns produtos oferecidos pela mata.

O potencial extrativista proporciona a sobrevivência econômica no período da entressafra da pesca. Assim, os moradores coletam vários produtos oferecidos pela mata como o próprio látex, óleos vegetais, copaíba e andiroba, várias espécies de cipós com os quais tecem seus cestos, peneiros e outros artefatos utilizados no seu dia-a-dia. A pesca do pirarucu é permitida no período de maio a outubro e garante algum rendimento aos moradores. O período da entressafra da pesca do pirarucu é de novembro a abril. Quando chega essa fase, a comunidade volta suas atividades para a coleta da castanha-do-brasil e outros produtos alimentícios oferecidos pela mata como o açaí, a pupunha, a bacaba, o patoá e outros produtos coletados sem que ninguém ocupe o papel de intermediário entre a coleta e o consumo. A tudo isso soma-se o pescado, principal fonte protéica dos moradores.

A população terá sua tranqüilidade perturbada no início da década de 80, quando o Governo Estadual, através da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), decide criar nesse local uma Reserva Ecológica. Começa, assim, o período em que os moradores passam a conviver sob constantes ameaças de expulsão.

Antes desse momento de intervenção governamental, a população vivia segundo os códigos construídos desde os tempos dos indígenas, passando pelos novos termos introduzidos pelos seringueiros e pelos códigos criados pelos pescadores, os ribeirinhos enfim.

Examinaremos a seguir, como as regras, códigos, sistemas classificatórios tornam-se condutores de uma forma de conhecimento transmitido e renovado e como este reage à introdução de valores externos a essa população tradicional.

O CONFLITO:

Em 1981, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (que em nível

federal era subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano-MDU), entra no Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil -POLONOROESTE. O objetivo era criar cinco unidades de conservação ambiental no Estado, a fim de minimizar o impacto ambiental causado pela implantação dos projetos de colonização. O que entra em jogo é, na verdade, a implantação de um novo modelo de preservação ambiental concebido por agências internacionais. No início da década de oitenta, esse modelo de preservação aponta sua prioridade para a natureza: a árvore, o jacaré, o rio são vistos como prioridade.

O impacto ambiental causado pelos projetos de colonização foi de ação extremamente danosa ao meio ambiente, entretanto, a própria ação do governo exigia isto, pois somente obtinha o título da terra quem comprovadamente fizesse benfeitorias. O desmatamento é considerado "benfeitoria". Tardamente, há uma preocupação de manter áreas de reserva. Entram em cena personagens que até então não tinham merecido a devida atenção do Governo: os índios, os seringueiros, os ribeirinhos, enfim, os chamados "povos da floresta". Desses grupos sociais, somente os ribeirinhos ficaram à margem das discussões a respeito do meio ambiente.

A área de Cuniã estava inserida em um projeto de desenvolvimento governamental, que procurava formar no vale do Rio Madeira a jusante de Porto Velho, uma grande área de pastagem, objetivando a formação de uma bacia leiteira que abastecesse a capital do Estado. Esse é um projeto que o INCRA estará empenhado em desenvolver no início da década de 80, e a Gleba Cuniã seria loteada para fins pecuários.

Tal projeto mantinha grande expectativa para com a BR-319 que liga Porto Velho a Manaus, visto que as vias de transportes eram pelas águas do Rio Madeira ou pela BR-319 que receberia as diversas estradas vicinais. A BR-319 estava inserida no grande plano de desenvolvimento regional como a alternativa mais viável e rápida para o escoamento da produção.

Entretanto, alguns fatores (se foram observados), não foram levados em consideração tais como: a população existente, a economia extrativa, o potencial extrativo, as características morfológicas da área, a oscilação das águas, a fragilidade dos solos, só para citar alguns. Tratou-se da área como se em Cuniã não houvesse populações tradicionais, as influências do Rio Madeira foram menosprezadas.

Dentro do grande projeto havia o plano de se criar uma área de proteção ambiental, tendo sido escolhido Cuniã que com suas dezenas de lagos apresentava uma beleza cênica sem igual, um criadouro natural de peixes, inúmeras espécies de aves e outros animais que precisavam ser preservados. Quanto à população de pescadores existente no local, o planejamento estatal não se esqueceu: resolveu que todos receberiam uma indenização e sairiam de Cuniã para que a natureza fosse "salva".

Começa dessa maneira o embate entre SEMA e moradores. De um lado, uma equipe de tecnocratas envolvidos em "preservar" a natureza, no entanto, sem sensibilidade para enxergar o grupo humano que há muito vivia naquele local; do outro lado, havia o estranhamento daquelas pessoas que viam o Estado tratar com mais respeito e condescendência os jacarés e as piranhas do que os homens da terra.

Para a SEMA não havia embate, tanto que iniciou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA um processo de desapropriação, solicitou ajuda da polícia, que armados passaram a intimidar a população, inclusive dando tiros para o alto. Com isso algumas famílias aceitaram a indenização, partiram e suas casas foram derrubadas.

Os que resolveram ficar fundaram a Associação dos Moradores de Cuniã - ASMOCUN - e encaminharam sua luta politicamente. As estratégias da SEMA foram no sentido de abalar a organização que começava a se formar e a primeira providência foi a de adquirir o terreno onde ficava a capela de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da localidade e ponto de encontro da comunidade:

...somos vítimas de ameaças pela ex- Secretaria do Meio ambiente, numa tentativa de nos destruir e expulsar esta comunidade. Jamais alguém sofreu tamanha humilhação e violência no Brasil: a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, elemento mais importante de nossa cultura, foi demolida e incinerada para dar espaço às construções da SEMA... (Correspondência da ASMOCUN enviada para O presidente da República, IBAMA, lideranças da Assembléia Legislativa em 25/05/1989)

A padroeira representava simbolicamente o lugar, que ao ser destruído e ocupado pela SEMA, vem acarretar a revolta contra a dessacralização, conduzindo a crença na punição divina. Alguns moradores atribuem a esse episódio, o surto de malária, meningite e verminose que o lugar passou a apresentar. A SEMA, em termos simbólicos, toma-se o profanador do lugar. A repercussão emocional no grupo foi intensa, foi a "pior coisa do mundo".

A demonstração de força e poder estava estabelecida, no local da capela

foram construídas três casas em alvenaria, sendo que duas seriam residências para os funcionários da SEMA e a outra, com vários quartos, banheiros internos, cozinha, depósito, sala de estar, destinada a pesquisadores. Contudo essa casa tem servido muito mais para receber comitivas do Governo, para passeio de finais de semana do que para abrigar pesquisadores.

A outra atitude tomada pela SEMA foi a de designar como fiscal do local a família de um morador de Cuniã, que havia recebido indenização. Isso acirrou ainda mais o debate interno, pois esse funcionário não era mais visto como morador e passou a usufruir de toda a infra-estrutura que a Secretaria mantinha no local, como motor de luz, casa de alvenaria, voadeira, combustível, rádio amador etc. Essa volta é entendida por esse morador e sua família como um rompimento com toda sua história anterior, pois agora ele não é mais morador e sim fiscal. A comunidade o vê como um intruso e vigilante. É o "olho" da SEMA, hoje IBAMA, a vigiá-los.

A atuação da ASN OCUN foi fundamental para a organização e permanência da comunidade em Cuniã. Ela atuou em vários níveis: organizou trabalhos de multirão para a limpeza do igarapé, retirando árvores que impediam a passagem; formou grupos de trabalho para fazer um "pique" (caminho feito na mata à base de terçado, muitas vezes esses piques são quase imperceptíveis aos olhos menos acostumados pois ao entrar na mata, vão cortando os cipós que fecham o caminho, vão deixando pequenos golpes em troncos de árvores dobram alguns galhos, assim, ficam registrados marcas de orientação para a volta, isto se precisar voltar pelo mesmo lugar. Outros tipos de piques são estreitos caminhos em que limpam os cipós e pequenas árvores) que ligasse Cuniã à comunidade de São Carlos; grupo de trabalho para a construção e manutenção do campo de futebol; grupo de trabalho para fiscalização dos lagos; reuniões de avaliação da situação. Outra atuação da ASMOCUN foi junto às comunidades adjacentes que foram convidadas para discutir o problema que enfrentavam. O convite foi feito de forma muito sutil: a Associação conseguia em Porto Velho alguns troféus e organizava torneio de futebol (aí estava a importância de haver grupo de trabalho responsável pela manutenção do campo). Chegavam grupos de várias comunidades durante os finais de semana para a disputa e, simultaneamente ficavam informados do que se passava em Cuniã.

O apoio das outras comunidades não se deu de forma completa, pois sempre havia invasões de pescadores de outras comunidades na várzea de Cuniã, os quais entravam em choque com os grupos de fiscalização por pescarem em períodos

de desova ou usarem equipamentos proibidos como malhadeira, rede, "pesca de facho" (esta é uma pesca noturna, os pescadores saem de canoa e ficam iluminando com a lanterna (o facho de luz) e encontram os peixes próximo à lâmina d'água, então utilizam o terçado ou a zagaia -que são pontas metálicas presas a uma vara feita com o caule do assaí-. Esse tipo de pescaria foi abolido pelo moradores de Cuniã porque espanta os peixes e muitas vezes há a captura de peixes pequenos) ou estarem pescando comercialmente.

Quando esses pescadores clandestinos se encontravam com os moradores de Cuniã, seus instrumentos de pesca eram apreendidos e sempre motivo de denúncias às autoridades de Porto Velho:

...diariamente visitamos o local, evitando a ação criminosa dos destruidores da natureza, é facilimo a penetração à várzea. São mais de cem famílias que moram na margem do Rio Madeira que têm-na aos fundos, com menos de quatro quilômetros. As quais não têm consciência e amor à natureza. Usam utensílio de pesca predatórias, capturando alevinos e peixes adultos em época da desova... (correspondência ASMOCUN, 1988)

...As comunidades adjacentes (Primor, Terra Caída, Santa Júlia, Santa-Luzia e Bom-será) têm a várzea do Cuniã aos fundos usufruem ao longo dos anos do pescado existente, entretanto, não possuem consciência de preservação e da importância que o meio ambiente tem para suas existências. Pescam de malhadeiras, capturam filhotes de pirucu, fazem queimadas na vegetação... (Correspondência ASMOCUN, 1988)

Por essas razões, as relações de Cuniã com outras comunidades não eram as melhores e assim trataram de agir em busca de apoio, mas muitas pessoas, não compreendiam bem a questão e havia opiniões divergentes: enquanto alguns achavam que Cuniã deveria ser reserva e que os moradores deveriam sair, pois se ficassem, Cuniã deveria ser de uso de todos, inclusive de moradores de outras comunidades, outros achavam que não deveria ser reserva, pois os moradores estavam muito bem e deveriam lá permanecer. O importante foi que a ASMOCUN conseguiu apoio de outras comunidades sem abrir mão da vigilância que fazia nos lagos.

Outra linha de atuação da ASMOCUN foi a de levar o problema para o conhecimento da população de Porto Velho e também a nível nacional, através de denúncias junto à Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, contatos com Deputados Federais e até mesmo em correspondência mantida com a Presidência da República.

A atuação governamental deu-se em vários sentidos. Primeiramente, a associação entre INCRA, SEMA e polícia forçando a desapropriação e retirada dos moradores. É bom saber que não havia nenhum documento, lei ou ato governamental que legalizasse a ação desses órgãos, havia somente uma idéia

inicial que fora posta em execução. Outros órgãos federais passaram a atuar em Cuniã, além da SEMA e o INCRA também a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF cada um com sua própria atuação, legislação e exigências junto aos moradores. Exigências que muitas vezes eram contraditórias e conflitantes entre esses mesmos órgãos. Essas legislações conflituosas somente deixaram de existir porque, no final da década de oitenta, todos esses órgãos foram incorporados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, à exceção do INCRA,

A nível estadual, um órgão que tratava dos assuntos do meio ambiente, a Secretária do Meio Ambiente de Rondônia - SEMARO, propôs e o governador assinou o Decreto Lei no. 4251 que criou a Área de Proteção Ambiental-APA. A revisão da Constituição Estadual transforma a área em "Reserva Ecológica", o que vai gerar a atuação de órgãos estaduais como a SEMARO, a Comissão Executiva dos Vales do Mamoré, Guaporé e Madeira - CEMAGUAM. O resultado é um frenesi de órgãos, normas e exigências que os moradores não conseguiam entender quais ações eram proibidas e os motivos de multa. Cada um desses órgãos apresentava aos moradores suas normas de "preservação" do meio ambiente. Depois, descobre-se que a área era de jurisprudência federal e que qualquer normatização estadual seria inválida. Atualmente, o governo estadual não investe na área e exige o investimento feito em equipamentos e construções, o governo federal não investe e nem dá manutenção às construções até que se resolva o impasse com o Estado.

No meio desta indefinição dos órgãos governamentais, os moradores ficaram impedidos de trabalhar, pois não tinham segurança de em tempo hábil retirarem a colheita, não consertavam suas casas, nem construía novas, passaram por uma fase de penúria com tantas proibições. A SUDEPE, agora uma diretoria do IBAMA, estabelece um período de pesca do pirarucu incompatível com a realidade local e do ciclo de vida dessa espécie:

...Eu não quero que saia ninguém daqui. Ninguém pode endireitar uma casa, fazer muita plantação, ninguém pode nada aqui com essa arrumação. Com pouco é porque não sai. Com pouco é porque vai sair todo mundo... Que coisa! Que confusão! Isso já deveria ter terminado de uma vez. A gente parece que vive suspenso nos ares, não sabe nem o que faça. Depois que a gente tá no que é da gente, pra sair assim, o senhor não acha que não tá certo uma coisa dessa? Há tantos anos que nós mora aqui. De premero, não havia nadado jeito que há aqui, nada, nada... Se pescava de inverno a verão e agora? já faz três mês que não é pra pescar. É tanta coisa. Agora o motor já diz que não entra mais, é proibido. Como é que pobre vai viver aqui? O motor vinha e comprava o peixe e trazia mercadoria pra todo mundo, agora tá todo mundo com falta de mercadoria. Não tem quem traga mercadoria, como é que

pobre vai viver assim? Você não acha que isso é uma mal'adeza?... (moradora nascida no Cuniã, com aproximadamente sessenta e cinco anos, 1990)

A Portaria no. 15 que regulamenta a pesca do pirarucu têm duas questões incompatíveis: libera a captura do pirarucu no início de abril, época em que os alevinos medem 10 centímetros de tamanho. Se seus genitores forem pescados, os alevinos morrerão precocemente pelos predadores naturais. Por outro lado, fecha a pesca no final de setembro, alegando a chegada da desova. Puro engano, nesse período Cuniã encontra-se no nível mais baixo de suas águas e o grande peixe procria quando a várzea inunda (...). A comunidade do Cuniã uniu-se associativamente para o questionamento e a solução dessas dificuldades... Para sanar o grave problema da Portaria da SUDEPE no. 15 propomos que fosse feita uma adequação à nossa realidade. Digamos, a pescaria do pirarucu seria aberta primeiro de maio e fechada em trinta de novembro. (correspondência ASMOCUN, 1989)

...Quem é o governo federal para nos tirar daqui? Ele não tem moral para nos tirar daqui, nós não o reconhecemos... (morador do Cuniã, 1990)

O estabelecimento do conflito entre órgãos governamentais e os moradores é o resultado de compreensões diferenciadas do meio ambiente e de um desconhecimento por parte do Governo do ciclo de vida das espécies dos animais a serem protegidos. O peixe que os moradores faziam questão de proteger é o que vai garantir a sobrevivência da comunidade através do conhecimento elaborado ao longo de décadas de convivência com a natureza, pois os moradores sabem que o pirarucu cria seus filhotes até que saibam se proteger. Se os peixes forem capturados, seus filhotes são presas fáceis dos biguás, piranhas e jacarés. Essas informações sequer foram ouvidas pelos órgãos planejadores do Estado.

Após mais de dez anos de disputa, uma dezena de famílias do Cuniã saiu da área e houve indenização. Muitos, atualmente, vêm procurando retornar como morador de Cuniã. Porém, o retorno desses ex-moradores é motivo de debate na comunidade, que divide sua opinião em aceitá-los ou não. Os que estão no primeiro grupo têm seus argumentos para a aceitação, influenciados, geralmente, por relações de parentesco. O outro grupo argumenta que esses moradores perderam o "direito" de usufruir de Cuniã. Perderam o direito à beleza do local por não terem resistido às pressões da SEMA e da polícia.

As histórias contadas sobre as pessoas que foram indenizadas serviram de exemplo e encorajamento para os que ficaram. Muitos saíram com medo dos tiros que a polícia disparou acompanhada da SEMA que trazia em mãos o documento de desapropriação para ser assinado. Com a assinatura, a SEMA encarregava-se de derrubar o barraco e a família vinha para Porto Velho esperar o recebimento no Banco do Brasil. Segundo os moradores, esse dinheiro era tão pouco que de nada lhes servia, e ainda contava a demora do recebimento no banco. Um terreno em Porto Velho ninguém conseguiu comprar com a

indenização. O arrependimento foi grande. Os que fizeram visitas a Cuniã contavam que cuidavam de lotes de outras pessoas para terem onde morar. Algumas famílias passaram a negociar o seu retomo coma ASMOCUN.

Como entender que se faça a indenização de uma terra onde as pessoas viveram e trabalharam por tanto tempo, por um valor tão baixo?

1-"Mito e Lugar" é o trabalho que apresentamos para a obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José William Vesentini, defendido em 1994. A primeira parte foi publicada na Presença no. 09 e a continuação ocorrerá nos números seguintes. * Professor do Departamento de Geografia/UNIR, pesquisador do Centro do Imaginário Social, Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental, e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo